

# AS LUTAS CONTRA A CORRUPÇÃO NAS CRISES POLÍTICAS BRASILEIRAS RECENTES<sup>1</sup>

Danilo Enrico Martuscelli<sup>2</sup>  
daniloenrico@gmail.com

O tema da corrupção tem marcado o repertório de mobilização de diferentes agentes políticos em diversas conjunturas das formações sociais capitalistas. Isso quer dizer que a luta contra corrupção não pode ser caracterizada como um expediente tático utilizado apenas pelas forças políticas em conflito na fase atual do capitalismo. A presença do discurso contra a corrupção nas crises políticas brasileiras de 1930, 1954, 1964, 1992, 2005 e na crise atual, indica claramente que tal repertório de mobilização não é algo típico da conjuntura histórica recente. Já a ocorrência de escândalos de corrupção como, por exemplo, o caso *Watergate* nos Estados Unidos e a operação *Mani Pulite* na Itália, são evidências de que o tema da corrupção não seria uma questão

---

<sup>1</sup> Somos gratos a Eric Gil Dantas, Francisco Pereira de Farias, Renato Nucci Jr., aos colegas do Programa de Investigación del Movimiento de la Sociedad Argentina (PIMSA) – Fabián Leonardo Fernandes, Nicolás Iñigo Carrera, María Celia Cotarelo, Ricardo Donaire, Patricio Rojze, Roberto Tarditi, Sebastián Polischuk e Stella Cavalleri e aos pareceristas anônimos pelas críticas e comentários feitos às primeiras versões deste artigo.

<sup>2</sup> Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)/Campus Chapecó (SC) e editor do blog marxismo21.

crônica das formações sociais periféricas, como supõem as análises que tendem a explicar a existência do fenômeno de corrupção como decorrência do reduzido grau de modernização ou desenvolvimento político e econômico dos países dependentes.<sup>3</sup>

Sobre o uso do tema do combate à corrupção no debate político contemporâneo, vale observar, como faz Bratsis (2014), que, com a dissolução da União Soviética no início dos anos 1990, o assunto passou a ocupar o centro das atenções das instituições internacionais, vindo a ser utilizado como justificativa para que o capital transnacional interviesse na política doméstica dos Estados menos poderosos com vistas a torná-los mais subservientes aos seus interesses. Ao valerem-se do argumento de que o combate à corrupção se transformaria num mecanismo que garantiria aos países dependentes certo nível de modernização econômica ou política, as instituições internacionais procuraram criar uma espécie de álibi para aprofundar a dependência dos Estados periféricos em relação aos interesses do capital transnacional na conjuntura mais recente.

A conjuntura latino-americana atual parece comprovar a tese de Bratsis. Todos os governos caracterizados como “populistas” pela mídia corporativa têm sido acusados de corruptos. Tudo o que não se ajusta perfeitamente ao capitalismo neoliberal e aos interesses do capital financeiro internacional, seja no sentido de reformá-lo, como são os casos dos governos petistas e kirchneristas, ou de tentar superá-lo, como são os exemplos dos governos boliviano e venezuelano, torna-se alvo de crítica de movimentos contra a corrupção, cuja base social é predominantemente de classe média e tem alinhavado a defesa do programa neoliberal como solução para o que chamam ora de “inchaço do Estado”, ora de “insegurança jurídica” para a realização de negócios, ou ainda, de falta de “eficiência e transparência” dos governos ditos “populistas”.

No caso brasileiro, se tomarmos como base de análise apenas as crises de 1992, 2005 e 2015-2016, é possível notar que a luta contra a corrupção emergiu como tática política utilizada por certos grupos e classes sociais interessados em desgastar forças sociais influentes no processo político para fazer valer seus interesses particulares. Isso significa que tal crítica nunca aparece dissociada de

---

<sup>3</sup> Para um balanço crítico dessas análises, ver: Bratsis (2014).

uma posição acerca da política econômica e social executada por um determinado governo, ou ainda, pelo fato de se apresentar sob um véu universalista – afinal, quem pode ser abertamente a favor da corrupção? –, as lutas contra a corrupção estão profundamente vinculadas aos interesses de classe em disputa na conjuntura. É isso, aliás, que explica a sua seletividade, tão comentada na atual conjuntura brasileira, ou seja, a seletividade do alvo a ser combatido tem relação profunda com os interesses e a correlação das classes em conflito na cena política.

No entanto, cabe observar que a tática do desgaste empregada nessas conjunturas não tem assumido a característica de uma crítica popular à natureza de classe do Estado burguês, não tem se transformado numa crítica radical ao fenômeno estrutural do parasitismo no capitalismo. O clamor pela substituição de políticos desonestos por políticos honestos e ílibados, presente nas manifestações contra a corrupção, não é simplesmente uma evidência de ingenuidade ou cinismo de seus porta-vozes, é principalmente um sintoma dos limites do conteúdo da própria luta contra a corrupção. Com isso, é possível considerar que tal luta aparece nessas conjunturas como um expediente tático seletivo inscrito na própria lógica de reprodução da dominação burguesa no Brasil e diz respeito, portanto, à dinâmica dos conflitos de classe funcionais a tal dominação.

Em termos gerais, em nenhuma dessas conjunturas, a crítica socialista à corrupção se fez presente como força política relevante, pois para lograr alcançar tal conteúdo e abrangência, a crítica à corrupção precisaria: a) levar em consideração que a corrupção é uma característica estrutural do próprio funcionamento do capitalismo – e não um desvio de conduta de certos agentes; b) atacar frontalmente os elementos que compõem a estrutura jurídico-política do Estado (a saber: a igualdade formal entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos e a abertura formal das instituições do Estado burguês a todas as classes) e c) reconhecer, portanto, que a igualdade jurídica existente apenas nas formações sociais capitalistas é deformada permanentemente pela desigualdade socioeconômica e que as instituições e recursos humanos e financeiros do Estado burguês estão a serviço dos interesses da classe dominante (embora esse Estado se apresente como defensor dos interesses públicos). Nesse sentido, empregada no terreno da dominação

burguesa, a ideia de combate à corrupção deve ser entendida como uma “noção ideológica”, ou mais precisamente, como parte da “ideologia política burguesa”, sendo como tal produzida pelo aparelho de Estado burguês.<sup>4</sup>

Diante do exposto, cabe a pergunta: se as lutas travadas contra a corrupção nas crises brasileiras de 1992, 2005 e 2015-2016 se limitaram a reproduzir o fetiche de Estado (ou estatismo),<sup>5</sup> já que deixaram intocados os elementos estruturais constitutivos do Estado burguês, é possível concluir que, nestas essas conjunturas, essas lutas assumiram uma perspectiva essencialmente conservadora ou expressaram diretamente os interesses do capital transnacional/imperialista? A resposta para tal questão é negativa.

Para desenvolvê-la, gostaríamos de indicar, primeiramente, que o estatismo é um dos componentes da ideologia dominante, correspondendo, assim, à identificação de frações ou camadas das classes dominadas com a burocracia estatal. Tal identificação é resultante de certos dispositivos ideológicos como o culto do Estado ou o mito do Estado protetor. Contudo, o modo como o estatismo incide sobre as ideologias particulares de cada fração ou camada das classes dominadas é variável, podendo, a depender da conjuntura, o culto do Estado assumir a particularidade de: a) apego à pequena propriedade, a ser assegurada pelo Estado contra a revolução social (caso dos camponeses parcelares analisados por Marx n’O *18 do Brumário*) (MARX, 1977); b) apego à ideologia meritocrática combinado com posições refratárias à promoção de políticas de bem-estar social de amplo alcance (tendência observada no comportamento das classes médias nas crises políticas brasileiras de 2005 e 2015-2016); e c) apego à ideologia meritocrática combinado com inclinações favoráveis à promoção de políticas de bem-estar social desde que isso não implique a igualização socioeconômica plena dos trabalhadores (tendência

---

<sup>4</sup> A caracterização da crítica socialista à corrupção, bem como a caracterização da ideia de corrupção como parte da ideologia política burguesa tomam como base a análise de Boito Jr. (2015).

<sup>5</sup> A noção de “fetichismo de Estado” foi cunhada por Lênin para analisar o comportamento da pequena burguesia diante do Estado. Posteriormente, foi incorporada por Boito Jr. (1991) na análise do sindicalismo de Estado no Brasil.

observada no comportamento das classes médias na crise política brasileira de 1992).<sup>6</sup>

As duas primeiras formas de manifestação do estatismo podem ser consideradas como regressivas por expressarem, respectivamente, o medo da revolução social e o medo da proletarização. Trata-se de um estatismo regressivo, pois o mínimo denominador comum entre elas é o combate aos interesses do proletariado, seja pela via abertamente contrarrevolucionária nos processos de transição social ou pela via contrarreformista nos processos de reprodução social. A via contrarreformista pode assumir tanto a forma moderada e velada de manifestação contrária à ampliação de direitos ou políticas assistenciais às camadas populares, sintetizada muitas vezes na fórmula: “o importante não é dar o peixe, mas ensinar a pescar”; quanto à mais radicalizada e aberta de discurso de ódio ou de ação direta contra as classes populares, como se pode observar nos discursos em defesa da divisão do Brasil e do uso do aparato repressor contra os moradores das periferias, nos linchamentos, nos ataques diretos às organizações e movimentos populares etc.

Já o estatismo de tipo progressista tem marcado presença tendencialmente nas manifestações organizadas por setores de classes médias que têm conferido apoio às políticas de bem-estar social, mas sem que isso redunde na promoção de uma igualização socioeconômica entre os trabalhadores. Disso resulta o fato de que o medo da proletarização difundido no seio das classes médias não as levam necessariamente a sustentar uma linha de enfrentamento direto contra as classes populares, ou melhor, a depender da conjuntura, podem se inclinar muito mais a dar apoio às medidas que: a) visem a integrar o movimento operariado ao Estado, neutralizando, assim, a ocorrência de ações radicalizadas do operariado, como comprova a construção da chamada “cidadania regulada”<sup>7</sup> no Brasil que conferiu direitos apenas às profissões reconhecidas pelo Estado e criou as bases para a constituição do chamado

---

<sup>6</sup> Para tratar dos diferentes tipos de estatismo, de corte conservador ou progressista, inspiramo-nos no artigo de Boito Jr. (2005), mas empreendemos aqui uma análise que não coincide plenamente com essa formulação original, já que a preocupação central deste autor é a de distinguir o estatismo conservador (bonapartismo) do estatismo reformista (populismo).

<sup>7</sup> Ideia empregada por Santos (1979).

sindicalismo de Estado e b) garantam a reprodução da ilusão de que a hierarquia do trabalho esteja fundada na competência e nos méritos individuais, permitindo, assim, a contínua desvalorização do trabalho manual.

A fixação da luta contra a corrupção nos limites do estatismo indica que as classes sociais – que se movem como força motriz ou base social desta luta – agem como classe-apoio de classes e frações de classe que integram o bloco no poder, não podendo, assim, assumir a posição de direção das lutas interclassistas no processo de reprodução capitalista. Portanto, se a ideia de estatismo designa que a luta se inscreve nos limites dos conflitos positivos à dominação burguesa, os tipos progressista ou regressivo indicam a possibilidade de segmentos das classes dominadas variarem o apoio que podem vir a dar a uma ou outra fração das classes dominantes. Na análise das crises políticas brasileiras recentes, é possível observar que as classes médias oscilaram entre o estatismo regressivo, vindo a se identificar com os interesses das frações da classe dominante ligadas à atividade improdutiva e ao campo político rentista, e o estatismo progressista, ao apoiarem políticas de interesse das frações da classe dominante ligadas à atividade produtiva.

Do que dissemos acima, conclui-se que, a depender da força motriz das mobilizações contra a corrupção e da correlação de forças na conjuntura, um tipo específico de estatismo poderá vir a predominar. Ora, quando comparamos os movimentos contra a corrupção nas conjunturas das crises brasileiras recentes, notamos que a luta contra a corrupção se realiza por meio de um estatismo de tipo progressista apenas no contexto das mobilizações favoráveis ao impedimento do presidente Collor, em 1992. Nas demais situações, é o estatismo de natureza regressiva que se pronuncia nas mobilizações contra a corrupção.

Tratemos de analisar a luta contra a corrupção em cada uma das crises para demonstrar a tese de que as classes médias podem oscilar entre o estatismo progressista e o estatismo regressivo e para indicar como tal oscilação vincula-se à dinâmica das contradições existentes no seio do bloco no poder. Nas duas primeiras seções, procuraremos retomar e aprofundar questões que discutimos em outro momento (MARTUSCELLI, 2015), o que nos poupará da demonstração mais exaustiva de fontes e dados. Na última seção, procuraremos

desenvolver reflexões sobre a conjuntura mais recente, particularmente sobre o processo de crise do governo Dilma.

### **1992: luta contra os efeitos do neoliberalismo e estatismo progressista**

A crise do governo Collor é fruto das dores do parto do processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil e culminou no *impeachment* deste presidente em 1992. O início da década de 1990 marcou a implementação do neoliberalismo no país e a eleição de Collor no pleito presidencial de 1989 foi uma circunstância histórica decisiva para garantir a efetivação do neoliberalismo como política de governo.

A despeito de o Brasil assistir desde 1985 à ascensão de um forte movimento grevista, que começa a sentir os primeiros sinais de declínio em 1992, a contradição principal na conjuntura do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 se situou no seio das classes dominantes expressando sob a forma de conflito distributivo entre os interesses da burguesia associada ao capital financeiro internacional, empenhada em aplicar os eixos fundamentais da política neoliberal, que compreendia a redução de direitos sociais e trabalhistas, a privatização de empresas e serviços e a abertura econômica (comercial e financeira), e a burguesia interna, que procurava resistir pontual e seletivamente a essa política, apresentando, por exemplo, posições refratárias à abertura comercial.<sup>8</sup> Tal crítica pontual e seletiva levada a cabo pelos porta-vozes da burguesia interna não a conduziram, assim, a assumir um posicionamento antiliberal. Na verdade, por estar acossada pelo movimento grevista e pelo imperialismo, a burguesia interna procurou salvaguardar seus interesses por meio da defesa de um neoliberalismo mais moderado, o que a conduziu a se

---

<sup>8</sup> Empregamos os conceitos de burguesia associada e burguesia interna para designar, respectivamente, uma fração de classe que não possui contradições com o capital estrangeiro, vindo a se integrar a ele, e uma fração de classe que oscila entre a dependência e a contradição com o capital estrangeiro. Sobre tal caracterização, ver: Poulantzas (1974, 1975). Realizamos uma análise mais detalhada da burguesia interna no contexto do governo Collor em: Martuscelli (2015, ver capítulos 1 e 2). É aqui que apresentamos argumentos para pensá-la como força dirigente no Congresso Nacional.

aproximar do campo político dirigido pelo grande capital financeiro internacional.

É nesse conflito interburguês que reside a contradição principal que deságua na crise política que levou à deposição de Collor. Nessa conjuntura, os interesses da burguesia interna se organizaram principalmente no Congresso Nacional que foi decisivo para isolar progressiva e politicamente Collor, mas também para enquadrar constitucionalmente o processo de deposição deste presidente. Portanto, a crise política de 1992 não se apresenta como uma crise do neoliberalismo, nem muito menos uma crise do regime político democrático recém instaurado no país. Trata-se de uma crise que se inscreve no acúmulo de contradições típico do processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil e que possibilita certo protagonismo do Congresso Nacional perante o Executivo e a emergência de um forte movimento de massas contra a continuidade de Collor na presidência da República.

Diante desta breve caracterização, é possível analisar a natureza (da) e o lugar ocupado pela crítica à corrupção nessa conjuntura de crise, assim como entrever a força motriz ou base social das mobilizações contra a corrupção. Apesar de algumas lideranças políticas e sindicais apresentarem um discurso contra o neoliberalismo, na prática, o movimento “Fora Collor” se moveu no terreno da luta contra os efeitos da política neoliberal, posicionando-se contra a recessão econômica, o descontrole inflacionário, as demissões, o desemprego, o arrocho salarial etc., e não logrou se constituir, portanto, como uma alternativa programática ao neoliberalismo.

É justamente na esteira da luta contra os efeitos da política neoliberal que se inscreve a luta contra a corrupção no contexto mais agudo da crise, nos meses de agosto e setembro de 1992, quando foram realizadas em várias partes do Brasil grandes manifestações reivindicando a deposição do presidente eleito. O *Movimento pela Ética na Política* (MEP) formulou uma proposta política que combinava combate à corrupção e crítica aos efeitos da política governamental. Convocado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o MEP reuniu cerca de 260 entidades, entre as quais se destacavam: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).<sup>9</sup> O MEP era formado principalmente por sindicatos, entidades ligadas à Igreja Católica, várias seções da OAB e poucas entidades estudantis. Embora o MEP tenha tido influência no movimento “Fora Collor”, foram os estudantes secundaristas, que constituíram a força motriz ou mobilizadora dos protestos.<sup>10</sup>

Assim sendo, é importante destacar três aspectos fundamentais do movimento “Fora Collor” no momento em que as mobilizações adquiriram um caráter massivo, nos meses (de agosto e setembro de 1992) que antecederam a votação do *impeachment* de Collor na Câmara dos Deputados: a) a predominância do discurso contra a corrupção e pela “ética na política” combinada com a luta contra os efeitos da política neoliberal; b) o enquadramento constitucional do pedido de admissibilidade do *impeachment* de Collor e da defesa da posse de Itamar Franco e c) a composição de classe média das mobilizações.

A luta contra a corrupção ganhou impulso a partir das denúncias de Pedro Collor, publicadas pela revista *Veja*, no início de maio de 1992, quando este acusava o irmão, o então Presidente da República, de participar de negócios escusos com o “testa de ferro” do governo, Paulo César Farias (PC Farias). Essa bandeira fortaleceu-se, com a instalação da CPI do caso PC Farias, no dia 1º de junho de 1992. É nesse contexto que se constituiu o chamado *Movimento pela Ética na Política* (MEP), tendo como objetivo precípuo acompanhar e apoiar as investigações do caso PC Farias. Apesar de haver divergências táticas no interior do MEP, o discurso contra a corrupção e pela ética na política acabou sendo a tônica dominante desse movimento. Tal discurso conseguiu ganhar adeptos, especialmente porque convergiram nesse momento duas crises: uma crise política e uma crise econômica. Como já observou Weyland (1993), nas situações

---

<sup>9</sup> Ao menos uma entidade influente no MEP defendia, ainda que de maneira crítica, as políticas de privatização e de abertura comercial, e apresentava-se como contrária ao “autoritarismo do executivo”, o que significava exigir maior participação no processo de implementação da política governamental. Essa entidade era justamente o PNBE. Para uma análise do MEP e das principais entidades que o integravam nessa conjuntura, ver: Giannotti (1993); Bocchi (1996); Tatagiba (1998).

<sup>10</sup> Utilizamos a ideia de *força motriz* para designar a força política que dirigiu as principais manifestações de rua. Não se trata, portanto, de um problema contábil do pertencimento de classe dos manifestantes, mas de representação de classe.

de agravamento do quadro econômico, a tolerância em relação à corrupção tende a se reduzir, o que implica considerar que o uso da bandeira do combate à corrupção numa crise econômica pode se configurar numa importante arma política para os grupos e classes sociais interessados em desgastar e derrotar politicamente as forças governantes do momento.

Mas, afinal, qual era o significado da crítica à corrupção na conjuntura em questão? O discurso contra a corrupção apresentado pelo movimento “Fora Collor” não pode ser caracterizado como uma crítica conservadora, tendo em vista que se vinculava à luta contra os efeitos da política neoliberal. O que significa dizer que, se considerarmos as disputas políticas desta conjuntura, a luta contra a corrupção se articulou com bandeiras progressistas de luta contra a recessão, contra as altas taxas de inflação, contra o desemprego, contra o arrocho salarial ou mesmo de oposição difusa ao neoliberalismo. Vale destacar também que essa crítica difusa ao neoliberalismo continha, em suas entrelinhas, o fetiche do Estado, que tendencialmente exerce forte atração, enquanto ideologia, sobre as classes médias. Isso pode ser observado no discurso contra a impunidade, difundido pelo movimento “Fora Collor”, que sugeriria que, retirando-se os políticos corruptos da administração pública, o Estado poderia recuperar seu bom funcionamento e atender os interesses da sociedade como um todo.

Em relação ao enquadramento constitucional do movimento “Fora Collor”, é possível dizer que ele se manifesta por meio da defesa da renúncia de Collor e da posse de Itamar Franco e do respeito à tramitação de todo o processo constitucional do *impeachment*. A defesa da posse do vice-presidente, Itamar Franco, presente no discurso hegemônico do movimento “Fora Collor”, indica os limites da luta contra o neoliberalismo na referida conjuntura. Já o respeito ao tratamento constitucional do *impeachment* sugere a força do novo regime democrático constituído e, ao mesmo tempo, o predomínio da perspectiva criminalista e despolitizadora deste processo, tendo em vista que o Presidente da República só pode ser deposto se cometer ato de improbidade administrativa ou desrespeitar as leis ou decisões judiciais. Tal procedimento engendra uma despolitização na medida em que não coloca em discussão a política executada por determinado governo e, porque reforça o efeito ideológico de “dupla personificação do Estado” (cf. SAES, 1998), ao gerar, nas massas populares, a ideia de que o aparato estatal se resume num único indivíduo e ao estabelecer

uma relação líder/massa em termos de afinidade psicológica ou de conduta individual.

Por fim, no que se refere à composição de classe do movimento “Fora Collor”, constatamos que os estudantes secundaristas formaram a principal força motriz/mobilizadora das manifestações massivas deste movimento e, com isso, roubaram a cena política nessa conjuntura. Isso nos leva a discutir a relação entre a participação estudantil e a condição de classe média dos manifestantes. Consideramos que a participação massiva dos estudantes secundaristas nos protestos de rua reivindicando o *impeachment* de Collor só pode ser explicada se se levarem em conta os fatores da política econômica e social que afetavam a situação de classe dos estudantes. Para além de considerar o movimento estudantil da época como uma mera massa de manobra da mídia, que apenas tardiamente posicionou-se favorável à saída de Collor da presidência da República, é preciso considerar que os estudantes resolveram ir às ruas, pois seus interesses vinham sendo atacados pela política governamental de Collor.

Na ausência de dados mais sistematizados sobre os estudantes participantes do movimento “Fora Collor”, sustentamos, de maneira aproximativa, que é de supor que a maioria deles, oriundos do ensino médio (na época, chamados de secundaristas) e do ensino superior, pertencia às famílias de classe média. Essa tese é reforçada se considerarmos que a grande maioria dos jovens de 16 a 25 anos, que conseguiu ingressar no sistema educacional naquele período, não possuía sequer ensino básico completo – quadro que viria a se alterar apenas a partir dos anos 2000 (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015). Ou seja, os ensinos médio e superior não eram os *loci* de reprodução dos filhos dos trabalhadores manuais e dos próprios estudantes trabalhadores.

A falta de referência ao estudante trabalhador nos refrãos cantados nas manifestações, como se observa no bordão “Um, dois, três/ Quatro, cinco, mil/ O bolso do meu pai/ Não é o Banco do Brasil” e a organização de atos durante o expediente de trabalho podem ser indicadores de que os estudantes que ali estavam nas ruas protestando não pertenciam à classe operária. Ademais, as medidas adotadas pelo governo Collor criaram sérios prejuízos às classes médias, o que nos ajuda a entender a adscrição de classe dos estudantes presentes nas manifestações. Entre tais medidas, destacamos: o confisco da poupança numa conjuntura de hiperinflação, que reduziu a margem de manobra das classes

médias para enfrentar a inflação; os efeitos dos altos índices inflacionários sobre as mensalidades escolares, tornando as classes médias presas fáceis da inadimplência e do endividamento; os ataques do governo Collor contra o funcionalismo público, categoria que abrange predominantemente trabalhadores de classe média.

Somado a esses fatores que foram decisivos para ativar as insatisfações das classes médias contra o governo, vale a pena observar que o discurso hegemônico contra a corrupção, nessa conjuntura, possuía um forte atrativo para as classes médias, que recorreram à crítica da corrupção como tática de desgaste do governo. É possível sustentar que a crítica à corrupção no governo assume aqui um conteúdo progressista, vindo a se caracterizar como uma forma de manifestação do estatismo progressista, pois os estudantes mobilizados operavam numa conjuntura na qual o conjunto da classe trabalhadora tinha seus interesses preteridos, não se colocando em questão a existência de políticas governamentais que favorecem o operariado em detrimento da classe média. Se assim fosse, poderia engendrar-se certa inclinação conservadora entre os manifestantes, que passariam a verbalizar críticas a tais políticas governamentais por considerá-las negativas ao processo de diferenciação social das classes médias enquanto classe que agrega fundamentalmente trabalhadores não-manuais.

Ademais, observamos que as mobilizações dos estudantes de classe média contra o presidente corrupto estavam marcadas por um caráter político-corporativo, uma vez que eram oriundas de demandas específicas dos estudantes (luta contra o aumento das mensalidades, luta em defesa da educação pública, etc.), mas transcendiam esse universo ao se projetarem contra a execução e os efeitos da política governamental, a corrupção existente no governo, e exigirem a saída do Presidente da República.

Nesse sentido, a luta contra a corrupção tomou como alvo principal o presidente Collor e se articulou contra o caráter recessivo da política adotada por seu governo. Se as classes médias constituíram a principal força motriz/mobilizadora das manifestações de massa, a força dirigente do movimento “Fora Collor” foi a burguesia interna, situada no Congresso Nacional, que levou às últimas conseqüências o dispositivo constitucional do *impeachment*. Embora as decisões dos congressistas em defesa do *impeachment* de

Collor tenham sido influenciadas pelas fortes mobilizações de massa realizadas principalmente pelos estudantes secundaristas, em nenhum momento, as prerrogativas institucionais dadas aos parlamentares para aprovar o pedido de *impeachment* foram colocadas em risco pelo movimento estudantil. Isso significa que o movimento estudantil foi dirigido pela frente parlamentar de oposição. Foi justamente o perfil regressivo da política executada por Collor o que impulsionou as classes médias a irem às ruas exigir a sua saída e, ao mesmo tempo, a formarem uma frente política com a burguesia interna para emplacar uma derrota política ao Presidente da República.

### **2005-2006: resistências às reformas do neoliberalismo e estatismo regressivo**

Se a crise do governo Collor pode ser tratada como resultante do processo de transição ao neoliberalismo, a crise política ocorrida no primeiro mandato do governo Lula, que denominamos como crise do partido do governo, caracteriza-se como uma crise decorrente do processo de reformas do capitalismo neoliberal. A vitória eleitoral de Lula, em 2002, está diretamente associada ao desgaste do neoliberalismo em múltiplas dimensões econômica, política, social e ideológica. O final dos anos 1990 e início dos anos 2000 é marcado por um processo de vitórias eleitorais de candidatos que se apresentavam como alternativas ao neoliberalismo. No entanto, diferentemente de certas análises que caracterizam tais governos como pós-neoliberais,<sup>11</sup> consideramos que há diferenças marcantes entre eles, de modo que não faz sentido tratar os governos Lula/Dilma como pós-neoliberais, pois o que ocorreu de fato no país foi um processo de reformas do neoliberalismo que permitiu o fortalecimento dos interesses da grande burguesia interna na execução da política governamental, sem que isso redundasse na mudança de hegemonia política do capitalismo financeiro internacional<sup>12</sup>.

Preferimos caracterizar tais governos como social-liberais porque promoveram mudanças nos limites do capitalismo neoliberal, fundaram suas

---

<sup>11</sup> Como, por exemplo, a análise de Sader (2013).

<sup>12</sup> Essa tese foi formulada originalmente por Boito Jr. (2007).

principais iniciativas na lógica não mais de “satanização” do Estado, como faziam os defensores da versão extremada do neoliberalismo, mas na perspectiva das parcerias público-privadas, que garantem ao Estado todo o ônus e ao capital privado todo o bônus; e preservaram a hegemonia do grande financeiro internacional, mas acomodando simultaneamente os interesses da grande burguesia interna nos pontos de menor tensão em relação aos interesses dessa fração hegemônica. Para que o social-liberalismo se tornasse realidade, foi preciso haver uma aproximação política entre o PT e a grande burguesia interna, resultando, portanto, num processo de crise do partido do governo que levou o PT a abandonar de vez o programa democrático-popular, alicerçado nas lutas antilatifundiária, antimonopolista e anti-imperialista, e a aderir ao programa social-liberal de reformas dentro do modelo capitalista neoliberal.

Nesse sentido, a crise de 2005 ocorrida no país está ligada aos conflitos distributivistas entre o campo rentista, que resiste às reformas do neoliberalismo, e o campo político dirigido pela grande burguesia interna, que busca a implementação de uma versão mais moderada do neoliberalismo e consegue, com isso, apoio de setores do movimento popular e sindical. Portanto, a crise política de 2005 coloca em evidência como contradição principal os interesses da burguesia associada ao capital financeiro internacional (força descendente) e os interesses da grande burguesia interna (força ascendente).

Embora as forças de esquerda e de centro esquerda tenham encampado a luta contra a corrupção, tendo em vista as denúncias relacionadas ao financiamento ilícito de campanhas eleitorais e a compra de votos para aprovar algumas matérias de interesse do Executivo no Congresso Nacional, foram os setores da oposição de direita, representados principalmente pelos órgãos da grande imprensa, que procuraram articular o combate à corrupção com a luta contra o processo de reformas do neoliberalismo, inaugurado pelo governo Lula. Ocorre que as tentativas de resistir às reformas do neoliberalismo não foram bem-sucedidas, ou melhor, não produziram os resultados esperados. Um conjunto articulado de fatores explica o fracasso de tal empreitada, tais como:

a) *a inexistência de uma situação de crise ou recessão econômica*. A conjuntura era favorável para a retomada do crescimento econômico, e o governo Lula aproveitou-se desta situação para: iniciar uma política de valorização do salário mínimo; viabilizar a criação e ampliação do emprego formal; ampliar a destinação de

recursos para as políticas sociais de caráter assistencialista, como o Bolsa Família; facilitar o crédito para pessoas jurídicas e físicas; alterar a orientação da política do BNDES, oferecendo crédito e subsídios para as grandes empresas e fomentando a internacionalização das empresas brasileiras; ampliar a exportação especialmente dos produtos de baixo valor agregado; promover a redução da taxa de juros Selic, entre outras medidas (BOITO JR., 2012; SINGER, 2012; MARTUSCELLI, 2015). Portanto, não se visualiza nesta conjuntura política a combinação de uma crise política com uma crise econômica, como se pode observar na crise de 1992;

b) *a blindagem de Lula diante das denúncias e investigações de prática de corrupção envolvendo membros do governo e membros do partido do governo.* Nenhuma força política relevante foi capaz de tomar as ruas para exigir o *impeachment* de Lula. A reivindicação do *impeachment* não apareceu nem mesmo nas páginas dos principais editoriais dos jornais brasileiros. Na melhor das hipóteses, é possível dizer que as forças de oposição de direita ao governo trabalharam firme para desgastá-lo, constituindo um tipo de intervenção política marcado por insinuações de que Lula tinha conhecimento das práticas de corrupção cometidas por lideranças e políticos que eram próximos ao seu governo ou ao seu partido, o PT.

Tanto o presidente Lula quanto a Comissão Executiva Nacional do PT reconheceram que erros haviam sido cometidos por membros do partido, do governo e da base aliada. Enquanto Lula afirmou em rede nacional que havia sido traído por membros de sua base aliada que se envolveram com práticas de corrupção, a Executiva Nacional do PT aprovou resolução por meio da qual o partido pedia desculpas à nação pelos atos cometidos por seus dirigentes (financiamento paralelo de campanhas eleitorais) sem consentimento das instâncias partidárias. O recuo político presente nesses discursos feitos entre o final de julho e início de agosto de 2005 veio a ser substituído pela contraofensiva quando vieram à tona as denúncias contra Eduardo Azeredo, na época presidente nacional do PSDB, acusado de desviar verbas públicas para financiamento de sua campanha para governador do estado de Minas Gerais em 1998, o que abriu espaço para certo armistício entre o PT e o PSDB e inviabilizou a continuidade de Azeredo no cargo máximo de direção do PSDB.

c) *a tática da sangria da oposição de direita.* Dada a proximidade das eleições presidenciais de 2006 e as dificuldades de reivindicar o *impeachment* do presidente

da República, a tática adotada pela oposição de direita contra o governo Lula foi a tática de sangria do governo. Ou seja, a expectativa dessas forças oposicionistas era a de desgastar a imagem do governo e do presidente Lula até o pleito eleitoral, quando a vitória eleitoral estaria assegurada. No entanto, tal tática só foi bem-sucedida no tocante à desconstrução da imagem do PT como defensor da ética na política. A reeleição de Lula em 2006 com cerca de 61% dos votos válidos no segundo turno das eleições presidenciais é um indicador importante das dificuldades da oposição de direita se tornar viável eleitoralmente no âmbito da política nacional. Outros elementos marcantes desse processo eleitoral foram o apoio dado a Lula por parte de setores ligados à grande burguesia interna, em especial o setor da construção civil, e o discurso mais ofensivo de Lula contra a política de privatizações realizada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso;

d) *o reduzido impacto das manifestações de rua contra o governo.* Tanto as forças de esquerda e centro-esquerda, ligadas ou não ao governo federal, como as forças de oposição de direita procuraram apresentar uma crítica à corrupção, mas as manifestações não adquiriram caráter massivo, estando muito distantes de alcançar o mesmo contingente dos protestos contra a reforma da Previdência, realizados no primeiro ano de mandato do governo Lula.

Nesta crise, as classes médias não lograram articular um movimento massivo de oposição de direita. Sua reação ao governo assumiu um caráter mais propriamente ideológico alicerçado numa crítica antipopular genérica. Algo distinto se passaria na conjuntura do governo Dilma, momento em que os contornos das políticas sociais e seus impactos distributivos se faziam mais nítidos, o que, somado à emergência de uma situação de crise econômica, permitiu engendrar as bases materiais para uma oposição mais ampla e contundente ao governo, como se pode observar nas críticas virulentas pronunciadas por segmentos das classes médias à política de cotas no ensino superior e no funcionalismo público; à execução e à ampliação de políticas de transferência de renda destinadas às camadas mais pobres da população; à presença de populares em aeroportos e shoppings centers; isso sem contar as insatisfações geradas pelo encarecimento de serviços prestados por trabalhadores manuais às camadas superiores da classe média, tais como:

empregada doméstica, faxineira, lavadeira, passadeira, babá, caseiro, motorista particular etc<sup>13</sup>.

A principal porta-voz da luta contra a corrupção foi a grande mídia nesse processo (Estadão, Folha, Veja, Organizações Globo, entre outros), que passou a ser caracterizada pelas forças políticas próximas ao governo federal como o “Partido da Imprensa Golpista (PIG)”. Tal posicionamento da mídia representava os interesses das frações que resistiam às reformas do neoliberalismo. Sem se manifestar abertamente favorável ao *impeachment* de Lula, a grande mídia procurou exercer relativa influência sobre setores da classe média que, no entanto, foram incapazes de se articular politicamente para organizar protestos massivos de rua contra o governo.

Das articulações políticas organizadas pelas forças de direita e centro-direita, ganhou destaque: o “Movimento pela Legalidade, contra o Arbítrio e a Corrupção”, encabeçado pela Força Sindical, pela seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que questionaram a prática de corrupção envolvendo autoridades governamentais e os excessos da Polícia Federal nas ações contra empresários e advogados que vinham sendo acusados de sonegação fiscal e, ao mesmo tempo, assumiram o compromisso com a legalidade, a Constituição Federal e o Estado democrático de direito, considerados elementos fundamentais para combater a corrupção no país.<sup>14</sup> Depois de vacilar quanto à definição de realizar protestos de rua, o “Movimento pela Legalidade, contra o Arbítrio e a Corrupção” resolveu organizar uma passeata no dia 6 de setembro com o lema: “O grito do silêncio: queremos a verdade!”, em referência ao Grito dos Excluídos organizado pelos movimentos sociais e populares no dia 7 de setembro, questionando, com isso, a morosidade dos trabalhos da CPI e caracterizando a crise como a “maior crise política” da história do país. No entanto, é preciso observar a fraqueza política dessas manifestações contra a

---

<sup>13</sup> Sobre a questão do encarecimento desses serviços, ver: Cavalcante (2015, p. 187-188).

<sup>14</sup> Curioso notar que, nesse momento, as ações da Polícia Federal eram vistas de maneira negativa. Algo totalmente distinto se passa na conjuntura mais recente em que as arbitrariedades cometidas pela PF, a mando do Judiciário, foram aplaudidas pelas forças de oposição de direita ao governo Dilma.

corrupção, que tentaram se rearticular, em 2007, sob o lema *Cansei*, mas sem obter projeção política significativa. O fato de agregar reduzidos setores das camadas superiores da classe média explica em parte o fracasso dessas iniciativas de “moralização” do país. A isso se deve agregar dois aspectos fundamentais: a inexistência de um quadro de crise econômica e o reduzido impacto que as políticas sociais de caráter mais distributivista e inclusiva produziam neste momento, especialmente aquelas que se chocavam de alguma maneira com a ideologia meritocrática e com as condições socioeconômicas de reprodução das classes médias.

e) *a articulação do governo Lula com setores representativos da grande burguesia interna* que, em diversos momentos, clamaram para que a crise política não atingisse a economia e afetasse as mudanças que vinham sendo colocadas em prática. No momento mais agudo da crise, Lula não só se reuniu com grandes empresários, como recebeu de confederações patronais um documento que indicava uma agenda para a governabilidade e em nenhum momento apontava para o *impeachment* do presidente. A nomeação de Guido Mantega para o lugar de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda e a reeleição de Lula com financiamento desses segmentos empresariais são indicadores incontestes da força desta articulação política.

Com base no que foi dito acima sobre a crise política de 2005, é possível caracterizá-la com uma crise de baixa intensidade, que provoca certo abalo sísmico no PT e no interior do governo, mas nada grave a ponto de causar uma crise de governo, de regime político ou mesmo uma crise do neoliberalismo. Trata-se de uma crise que se inscreve no processo de reformas do modelo neoliberal, que acomoda setores que vinham sendo alijados pelas políticas dos governos brasileiros anteriores, como é o caso da grande burguesia interna, e que resulta na derrota eleitoral e nas ruas das camadas superiores das classes médias e dos principais porta-vozes dos interesses do grande financeiro internacional, os grandes meios de comunicação, em suas tentativas de resistir a essas reformas e de dar sustentação a um estatismo de natureza regressiva e, portanto, refratário à ampliação do intervencionismo estatal e aos gastos com as políticas sociais implementadas pelo governo Lula. Nesta conjuntura, a crítica à corrupção combinou-se principalmente com a posição contrária às reformas do neoliberalismo.

### **2015-2016: antipetismo, neoliberalismo extremado e estatismo regressivo<sup>15</sup>**

A crise do governo Dilma vincula-se, de certo modo, aos conflitos e contradições que emergiram no contexto da “crise do mensalão”, dividindo o grande capital em duas frações principais: a grande burguesia interna, ligada à construção civil, a segmentos do agronegócio e a vários outros setores da indústria interessados em realizar reformas no capitalismo neoliberal e a grande burguesia bancária-financeira, inclinada a resistir a tais reformas. Tais contradições produziram efeitos sobre o processo político.

Desde 2005, a grande burguesia interna vinha se fortalecendo politicamente, sem com isso conseguir deslocar a grande burguesia bancária-financeira do lugar de fração hegemônica do bloco no poder. A política dos governos Lula e Dilma permitiu à grande burguesia interna ter uma posição mais confortável no bloco no poder, quando comparada a que tinha nos anos 1990, acomodando, assim, seus interesses nas zonas de menor tensão com a hegemonia política da grande burguesia bancária-financeira.

A crise do neoliberalismo sob hegemonia dos EUA<sup>16</sup> abriu brechas para a grande burguesia interna se fortalecer ainda mais politicamente, a partir de 2008, pois colocou em evidência a fragilidade de uma doutrina que pregava a defesa do livre jogo das forças do mercado como força geradora de desenvolvimento. Essa crise instaurada no coração do capitalismo possibilitou ao governo Dilma a adoção de uma política mais ousada de reformas do capitalismo neoliberal, quando comparada à executada pelos governos Lula.<sup>17</sup>

Ao longo dos primeiros anos de mandato (2011-2013), o governo Dilma adotou uma série de medidas que contrariavam mais diretamente os interesses dos banqueiros: a) aplicou sucessivamente a redução da taxa de juros Selic,

---

<sup>15</sup> Retomaremos boa parte da caracterização da crise do governo Dilma esboçada aqui em outro trabalho: Martuscelli (s/d).

<sup>16</sup> Para uma caracterização rigorosa da crise do neoliberalismo sob hegemonia dos EUA, ver: Duménil e Lévy (2014).

<sup>17</sup> Singer (2015) caracteriza os dois primeiros anos do governo Dilma como “ensaio desenvolvimentista”.

chegando a aplicar a menor taxa de juros da política recente (7,25%), entre outubro de 2012 e março de 2013, quando os banqueiros e a mídia associada aos interesses rentistas lançaram a campanha contra a alta do preço do tomate para pressionar o governo pela queda da inflação e pelo aumento da taxa de juros<sup>18</sup>; b) desvalorizou a taxa de câmbio brasileira, com o objetivo de ampliar a competitividade dos produtos nacionais no exterior; c) promoveu uma redução dos *spreads* bancários dos bancos públicos (Banco Brasil e Caixa Econômica Federal), chegando até mesmo a fazer pronunciamento em rede nacional, durante as comemorações do dia do trabalhador em 2012, exigindo que os bancos privados seguissem a mesma política de redução dos juros cobrados pelos bancos públicos nos empréstimos, cartões, cheque especial e crédito consignado, com vistas a garantir a implementação do que ela chamou de uma política de “desenvolvimento do país” e de “desenvolvimento das pessoas”.<sup>19</sup> Tal episódio gerou grande insatisfação entre os banqueiros que passaram a repudiar os aspectos excessivamente intervencionistas da política governamental; d) o governo Dilma ainda procurou elevar a taxa de retorno sobre as licitações públicas de rodovias, portos, aeroportos e ferrovias; reduzir o preço da energia elétrica e desonerar a folha de pagamento das empresas, demonstrando clara inclinação a apoiar os interesses da grande burguesia interna.<sup>20</sup> Contra essas iniciativas emerge a ofensiva do campo político rentista - que é dirigido pela grande burguesia bancária-financeira, tem o apoio das camadas superiores da classe média e conta com um grande trunfo na luta de ideias e na disputa ideológica: a grande mídia. Não se pode ignorar aqui as investidas deste campo político, especialmente aquelas oriundas de setores das classes médias, contra as políticas e programas sociais implementados pelos governos petistas, tais como o Bolsa Família, a política de cotas, a regulamentação do trabalho das empregadas domésticas etc., assim como aquelas sustentadas pelas representações das frações dominantes interessadas na

---

<sup>18</sup> Sobre o uso da alta do preço do tomate como instrumento de pressão sobre o governo pelo aumento da taxa de juros, ver: Borges (2013a; 2013b)

<sup>19</sup> Ver íntegra do discurso em: Folha de S. Paulo (2012).

<sup>20</sup> Uma caracterização ampla e sistemática do primeiro governo Dilma, encontra-se em: Singer (2015).

redução de direitos trabalhistas e no corte de despesas primárias, especialmente de educação e saúde.

São estas resistências às tentativas do governo Dilma de concretizar as reformas do capitalismo neoliberal que explicam a natureza da crise política que presenciamos no Brasil. Portanto, trata-se de uma nova ofensiva do campo político rentista contra as medidas mais avançadas de tentar reformar o neoliberalismo. Tal ofensiva se inicia ainda no contexto do primeiro governo Dilma e se aprofunda nos anos seguintes. O trabalho ideológico realizado pela mídia em prol do “neoliberalismo ortodoxo”, a “batalha do tomate” (utilizada como alibi para reduzir a inflação às custas do aumento da taxa de juros Selic), as manifestações organizadas por setores da direita radical contra o governo Dilma, a vitória apertada de Dilma sobre Aécio nas eleições de 2014 e a eleição de representantes mais conservadores no Congresso Nacional podem ser tratados como indícios dessa ofensiva do campo político rentista. Já a nomeação de um representante dos banqueiros para o Ministério da Fazenda, os ataques do governo Dilma aos direitos trabalhistas desde o final de 2014 e a sua adesão à política do ajuste fiscal, o aprofundamento da política neoliberal sob o governo Temer, erigido à tal condição graças a um golpe de Estado perpetrado pelo Congresso Nacional em coalizão com outras forças como veremos adiante, parecem ser evidências da consumação desta ofensiva rentista. Portanto, podemos caracterizar a atual crise como resultante do processo de ofensiva política contra as reformas do neoliberalismo que vinham sendo realizadas pelos governos Lula e Dilma. Trata-se, portanto, de uma crise do social-liberalismo no Brasil.

Não só a ofensiva do campo político rentista explica essa crise. É preciso observar também que este campo passou a atrair setores da grande burguesia interna que vinham sendo beneficiados pelos governos petistas, fazendo-se necessário observar que essa união de forças está longe de pôr fim às contradições existentes entre a grande burguesia bancário-financeira e a grande burguesia interna. Trata-se de uma unidade instável, cujo desfecho é difícil de prever, especialmente se o país passar por um processo de acirramento da crise política na conjuntura vindoura.

Além disso, observamos que não se pode entender a crise do social-liberalismo sem levar em consideração outro aspecto-chave: o

crescimento do número de greves, que passou do registro de 340 greves em 2003 para 2050 em 2013, ou seja, em uma década o número de greves mais do que sextuplicou (DIEESE, 2015). Tal como na conjuntura do final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, ocorreu um crescimento expressivo do número de greves e isso levou progressivamente a grande burguesia interna a se aproximar do campo rentista, em especial das medidas que restringiam direitos sociais e trabalhistas e impor resistências seletivas e pontuais ao programa neoliberal no campo econômico. Algo muito parecido vem ocorrendo na conjuntura atual, na qual se pode perceber que representantes da grande burguesia interna – que vinham se beneficiando e se fortalecendo com as políticas dos governos petistas (que abrangia incentivos para o crédito, redução dos juros, concessões para licitações, desonerações na folha de pagamento) – acabaram optando por migrar para a linha de ataque frontal ao governo Dilma.

Tal fenômeno tornou-se mais evidente no contexto das manifestações de junho de 2013, quando os representantes da burguesia interna paulista, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), iluminaram de verde e amarelo o prédio desta entidade em apoio às manifestações num momento em que as pautas da direita vinham hegemônicas nos protestos de rua.<sup>21</sup> No período mais recente, a mesma Fiesp tornou a fazer uma série de ameaças ao governo. Da ideia de que o “remédio amargo” do ajuste fiscal deveria ser passageiro e vir acompanhado de medidas favoráveis aos industriais, tais como as terceirizações, a Fiesp passou a encampar a bandeira da renúncia de Dilma, até aderir finalmente à tese do *impeachment* da presidente, sob a alegação de que as pedaladas fiscais eram indicadores de que o governo teria cometido crime de responsabilidade, e também sob o argumento da paralisia decisória do Executivo. A Fiesp criou até mesmo uma campanha que tinha como lema “não vamos pagar o pato” em alusão à cobrança de impostos, pautou a linha política de que o ajuste fiscal deveria se orientar pelo corte de despesas primárias e participou ativamente manifestações contra o governo Dilma. A figura de seu presidente, Paulo Skaf, adquiriu protagonismo na conjuntura em questão. Embora outras federações e associações patronais tenham participado dessas

---

<sup>21</sup> Para uma breve análise da mudança de posição da Fiesp diante do governo Dilma, ver: Castro (2016).

manifestações, na cena política, foi a Fiesp quem assumiu a direção das manifestações públicas de amplos setores da burguesia contra o governo Dilma.<sup>22</sup>

Dito isso, cabe a pergunta: como se insere a luta contra a corrupção nesta crise? Observamos que esta luta tem seu nascedouro no contexto da segunda fase das manifestações de junho de 2013, quando a luta progressista pela redução das tarifas de ônibus e pela defesa da educação e saúde “padrão FIFA” cedeu lugar para o conservadorismo liberal que, em meio ao surgimento de um forte movimento espontâneo das massas, procurou direcionar tais manifestações para propósitos de caráter social regressivo. Se o nascedouro das recentes mobilizações contra a corrupção se dá em junho de 2013, seu aprofundamento e enraizamento políticos ocorre apenas no contexto do segundo mandato de Dilma.

Aqui, é preciso levar em consideração o fato de que se trata de uma luta que se insere num processo que combina duas crises: uma crise política e uma crise econômica. Nesse sentido, a bandeira anticorrupção logra ter mais condições de ser acolhida pelos diferentes segmentos da sociedade, tendo em vista que, como já indicamos acima, a tolerância em relação à corrupção tende a diminuir nas conjunturas em que há uma piora no quadro econômico de determinada formação social. Essa é uma condição política importante para que a luta contra a corrupção ganhe força. Somada a ela, notamos que os efeitos das políticas distributivistas e inclusivas dos governos petistas, bem como o encarecimento da oferta de serviços realizados por trabalhadores manuais às camadas superiores das classes médias se faziam notáveis.

Embora seja possível dizer que a bandeira contra a corrupção possa ser mais agregadora, o perfil dos manifestantes que participaram dos massivos protestos rua durante os anos de 2015 (15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro) e 2016 (13 de março, 17 de abril e 31 de julho) contra o governo Dilma, ocorridos em várias partes do país, tem sido marcadamente de alta classe

---

<sup>22</sup> Sobre a participação de outras federações industriais nas manifestações contra o governo Dilma, veja a matéria escrita por: Maciel (2016).

média (CAVALCANTE, 2015).<sup>23</sup> Com forte apoio da grande mídia corporativa na convocação dos atos, o “Movimento Brasil Livre”, os “Revoltados On Line” e o “Vem Pra Rua” se destacaram como as principais entidades organizadoras desses protestos de rua e adotado as seguintes palavras de ordem: “Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos” (TATAGIBA, TRINDADE E TEIXEIRA, 2015).

Para compreender como se estrutura a luta contra a corrupção nessa conjuntura, deve-se considerar o papel que tem cumprido a *Operação Lava Jato*, que visa apurar a existência de corrupção envolvendo a Petrobrás, empreiteiras e políticos de vários partidos. A partir desta *Operação*, a oposição de direita escolheu alvos muito precisos para denunciar: a Petrobrás que vinha se constituindo como empresa símbolo do processo de reformas do neoliberalismo e como alicerce fundamental para a ampliação de gastos com políticas sociais; os empresários da construção civil, que justamente vinham obtendo vários tipos de concessões do governo federal e se constituindo como principais financiadores das campanhas eleitorais do PT; e o próprio PT e as figuras de Dilma e Lula, que são a expressão de processo de reformas nos limites do capitalismo neoliberal, ainda que em seu segundo mandato tenha aplicado o ajuste fiscal e perdido progressivamente a base de apoio político que lhe havia garantido a reeleição em 2014. Se esses são os alvos prediletos da oposição de direita ao governo, é possível concluir que os realinhamentos políticos iniciados ainda no primeiro governo Dilma parecem ter restringido as possibilidades de concretização do “reformismo fraco”<sup>24</sup> que caracterizou até então as experiências de governo do PT. Trata-se de um realinhamento que aponta para a tentativa de implementar uma nova rodada de “reformas estruturais (sic)”, que preferimos chamar de contrarreformas neoliberais, que tem como eixo central a redução de direitos sociais e trabalhista e a redução dos gastos sociais, como podemos entrever nas iniciativas que procuram aprovar a lei de terceirizações, dar primazia do

---

<sup>23</sup> Cavalcante (2015) analisou os dados sobre o perfil dos manifestantes apenas dos três primeiros protestos mencionados acima, mas o que ele identifica como critério para atestar o perfil de alta classe média das mobilizações, não se alterou.

<sup>24</sup> Expressão cunhada por Singer (2012) para caracterizar os limites do reformismo dos governos petistas.

negociado sobre o legislativo, reduzir os impostos que recaem sobre as empresas, realizar cortes de despesas primárias como educação e saúde, aprofundar a privatização desses serviços etc. No entanto, é preciso observar que ao conservadorismo de matriz liberal tem se somado iniciativas de caráter fascista, tais como as tentativas de proibir por meio de dispositivos legais a discussão de gênero e sobre política (tal como o Escola Sem Partido) nas escolas; o uso arbitrário do aparato policial para coibir as manifestações contra o golpe de Estado e contra o governo Temer; o discurso anticomunista proferido principalmente contra o PT, que está distante de defender essa linha política, e estendido a todas organizações e a todos grupos que se associam ao ideário e à luta por justiça e igualdade social. O grito de ordem “a nossa bandeira jamais será vermelha”, ecoado nas manifestações de rua, indica que o alvo da crítica não é só o PT, mas tudo que se relaciona com as organizações populares e suas reivindicações históricas de ampliação de direitos sociais e trabalhistas.

Chama-nos a atenção o protagonismo que passa a ter nesse processo o consórcio grande mídia corporativa, Judiciário (STF), Ministério Público Federal e Polícias Federal e Militar combinado com uma lógica de espetacularização das denúncias e das investigações de corrupção. Antes mesmo de ser julgado, o denunciado sofre processo de linchamento midiático, tornando a denúncia quase a prova material ou mesmo a própria condenação do indiciado. Há um processo de ampliação considerável do ativismo judicial,<sup>25</sup> que, como se sabe, não possui a retaguarda do voto popular, daí a necessidade de recorrer à mídia para fabricar a opinião pública e conseguir dar legitimidade às suas ações. Na verdade, os entes que integram esse consórcio não são eleitos pelo voto popular, mas têm se apresentado como porta-vozes de certos grupos e classes sociais desejosos de imprimir uma derrota política definitiva aos partidos e forças sociais vitoriosos nas eleições presidenciais de 2014. Embora, o Congresso Nacional tenha tido participação ativa na deflagração do golpe de Estado, iniciado formalmente pela decisão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016, e consumado, em 31 de agosto do mesmo, pelo Senado Federal, tal processo está longe de ser caracterizado apenas como um golpe parlamentar. O apoio da mídia corporativa, de setores do Judiciário, das Polícias Federal e

---

<sup>25</sup> Sobre o ativismo judicial na conjuntura mais recente, ver: Koerner e Schilling (2015)

Militar e de amplos segmentos empresariais e de alta classe média foram fundamentais para garantir a sua concretização. Nesse sentido, parece ser mais coerente falar em golpe de Estado em sentido amplo como golpe resultante de uma coalizão e indicar os agentes que lhe sustentação.<sup>26</sup>

Entendemos que, nesta crise, a luta contra a corrupção insere-se na perspectiva do estatismo regressivo, na medida em que as forças que dão sustentação a ela têm se manifestado contrárias até mesmo ao “reformismo fraco” e se pronunciado favoravelmente ao uso arbitrário da lei e das divulgações das informações dos processos de investigação.<sup>27</sup> Da parte dos protestos de rua, ficou patente a ausência de bandeiras que elejam a defesa dos direitos sociais e trabalhistas como prioridade. Na verdade, o que os protestos demonstraram foi um claro descontentamento em relação às políticas sociais promovidas pelos governos petistas. Fazendo o uso do discurso contra a corrupção, as forças de oposição de direita procuraram imprimir uma derrota ou mesmo linchamento moral e político do governo Dilma, do PT e dos símbolos representativos das

---

<sup>26</sup> Quanto à definição de golpe, concordamos com Bianchi (2016), para quem “golpe de Estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político”. Acrescentaríamos a essa definição duas observações complementares: a) não faz sentido pensar em golpes de direita e de esquerda. Revoluções sociais que visam a uma transformação do Estado em seu conjunto, não podem ser tratadas como sinônimo de golpe de Estado, pois este pode denotar uma alteração da hierarquia dos ramos do aparelho de Estado, uma mudança de regime político, uma mudança da forma de Estado etc., sem que isso coloque em risco a manutenção do Estado burguês; b) ainda que possa ser dirigido por uma fração ou categoria do aparelho de Estado, um golpe de Estado pode assumir um caráter compósito no sentido de que um conjunto de ramos do aparelho de Estado, representantes de certos interesses classistas, tomam a iniciativa de deflagrar o golpe (p. ex., uma ação conjunta entre Judiciário e Parlamento), assim como parece ser imprescindível para a consolidação deste processo o apoio de representações de classes e frações de classe externas ao aparelho de Estado (p. ex., associações patronais, mídia etc.), ou seja, um golpe de Estado jamais é deflagrado por uma iniciativa isolada de certas categorias ou ramos do aparelho de Estado.

<sup>27</sup> No dia 4 de dezembro de 2016, o MBL e o Vem Pra Rua realizaram, um novo ato contra a corrupção. O espírito geral da convocatória em nada se distanciou da ideia de estatismo regressivo que vimos definindo aqui.

esquerdas em geral,<sup>28</sup> inclinando-se a dar sustentação a iniciativas voltadas para o aprofundamento das contrarreformas neoliberais no país.

A seletividade e o conteúdo da crítica à corrupção feita pelos setores apoiadores do golpe de Estado são flagrantes. As denúncias de corrupção envolvendo deputados e senadores que votaram favoravelmente ao *impeachment* e ministros do governo Temer, assim como as gravações de Sérgio Machado indicando que os objetivos de depor a presidente Dilma estavam associados à necessidade de paralisar ou suspender as investigações dos casos de corrupção, são evidências importantes de que a luta contra a corrupção neste caso só pode ser compreendida se levamos em consideração as suas profundas ligações com o antipetismo e com a defesa do programa neoliberal. Não se trata de falta de coerência ética desses grupos e agentes, mas de profunda coerência política com seus interesses. Não é, por acaso, que os setores progressistas e de esquerda optaram por não assumir a crítica à corrupção como uma de suas bandeiras centrais de suas mobilizações, pois reconheceram que esta bandeira estava profundamente marcada pelo discurso do adversário. Notamos aqui uma diferença importante com a conjuntura de 2005, quando até mesmo os grupos e organizações próximos ao governo Lula deram mais evidência à luta contra a corrupção em seus pronunciamentos públicos.<sup>29</sup>

### Considerações finais

Do que analisamos até aqui, é possível levantar algumas reflexões sobre a natureza e o lugar ocupado pela luta contra a corrupção nos conflitos emergentes nas crises políticas brasileiras recentes. Em primeiro lugar,

---

<sup>28</sup> Ainda que sejam vistos até mesmo como *comunistas* pela oposição de direita, não operamos com a tese de que os governos petistas possam ser caracterizados como governos de esquerda. Preferimos compreendê-los como governos social-liberais e, na melhor das hipóteses, como governos de centro-esquerda, dada a relação que possuem com setores organizados dos trabalhadores e o compromisso que possuem com uma política social mais ampla quando comparada ao neoliberalismo ortodoxo.

<sup>29</sup> Uma questão importante a ser analisada seria a crítica à corrupção existente nos partidos social-democratas e comunistas feita pelas organizações e classes populares. No entanto, o tratamento deste tema fugiria aos propósitos deste artigo.

observamos que são lutas que foram mobilizadas principalmente pelas classes médias, que têm atuado como classe-apoio de uma ou outra fração burguesa que integra o bloco no poder. São lutas, portanto, que se inscrevem na própria dinâmica de reprodução da dominação burguesa no Brasil e traduzem a linguagem da dominação burguesa, não logrando assim assumir um caráter socialista. Em segundo lugar, consideramos ser importante destacar que tais lutas podem se manifestar sob a lógica de um estatismo regressivo ou progressista, a depender das frações de classe do bloco no poder que a amparam e as posições acerca da política econômica e social com as quais se combinam. Ou seja, as lutas contra a corrupção nunca se apresentam de maneira isolada, mas sempre vêm acompanhadas de outros ingredientes. Assim, na conjuntura de 1992, identificamos a presença de um estatismo de tipo progressista, e, nas crises mais recentes, notamos um estatismo de tipo regressivo. Na conjuntura da crise do governo Dilma, o discurso contra a corrupção transformou-se no grande alibi utilizado para amenizar a feição profundamente conservadora da política de Estado defendida pelos setores que apoiaram o golpe de Estado. Em terceiro lugar, salientamos que as lutas contra a corrupção não conseguiram se projetar sob a perspectiva de uma linha política abertamente antiliberal, o que indica a força do capitalismo neoliberal e os limites das tentativas de reformá-lo. Por fim, cabe salientar que embora a crítica à corrupção tenha um forte componente retórico universalista, na prática, ela assume uma feição seletiva e particularista. Por que isso ocorre? Porque como tentamos demonstrar as lutas contra a corrupção estão profundamente vinculadas aos conflitos distributivos existentes entre as classes no processo de reprodução do capitalismo. Assim sendo, a ideologia do combate à corrupção tal como evidenciada nas conjunturas aqui consideradas, distante de ser uma simples mentira, uma incoerência ou um cinismo de classe, tem produzido regularmente o efeito de neutralizar a crítica popular à política de Estado, constituindo-se assim como um elemento funcional à própria dominação burguesa.

### Referências bibliográficas:

- BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de Estado?. **Blog junho**, 25 mar. 2016.  
Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/> Acesso: em: 12 dez. 2016.
- BOCCHI, Carmen Priscila. **Movimento pela ética na política e as mobilizações pró-impeachment**: elementos para a análise da atuação da sociedade civil no Brasil contemporâneo. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciência Política (USP), 1996.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, Unicamp; São Paulo, Hucitec, 1991.
- BOITO JR., Armando. O populismo no Brasil: natureza, formas de manifestação e raízes sociais In: **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: IFCH, 2005.
- BOITO JR., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, 2007.
- BOITO JR., Armando. A burguesia nacional no poder In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.
- BOITO JR., Armando. Teoria política da corrupção. **O Comuneiro**, n. 21, set. 2015.
- BORGES, Altamiro. O tomate e os agiotas da mídia. **Blog do Miro**, 10 abr. 2013a.  
Disponível em:  
<http://altamiroborges.blogspot.com.ar/2013/04/o-tomate-e-os-agiotas-da-midia.html>  
Acesso: 12 dez. 2016.
- BORGES, Altamiro. O colar de tomates da Ana Maria Braga. **Blog do Miro**, 11 abr. 2013b. Disponível em:  
<http://altamiroborges.blogspot.com.ar/2013/04/o-colar-de-tomates-de-ana-maria-braga.html> Acesso: 12 dez. 2016.
- BRATSIK, Peter. Political corruption in the age of transnational capitalism: from the relative autonomy of the State to the White Man's Burden. **Historical Materialism**, n. 22.1, 2014.
- CASTRO, José Roberto. Das desonerações à “renúncia já”: como a Fiesp rompeu com Dilma. **Nexo**, 17 mar. 2016. Disponível em:  
<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/03/17/Das-desonera%C3%A7%C3>
- Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016

[%B5es-ao-%E2%80%98ren%C3%Bancia-j%C3%A1%E2%80%99-como-a-Fiesp-ro-mpeu-com-Dilma](#) Acesso em: 12 dez. 2016.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DIEESE. Balanço das greves em 2013. **Estudos e pesquisas**, n. 79, 2015.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Leia a íntegra do discurso de Dilma pelo dia do trabalho**. 30 abr. 2012. Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1083760-leia-integra-do-discurso-de-dilma-pelo-dia-do-trabalho.shtml> Acesso em: 12 dez. 2016.

GIANNOTTI, Vito. **Collor, a CUT e a pizza**. 2. ed. São Paulo, Página Aberta, 1993.

KOERNER, Andrei; SCHILLING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos políticos na crise do governo Dilma**, mimeo, s/d (texto a ser publicado em livro do Clacso).

MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In: **Textos** (vol. III). São Paulo, Edições Sociais, 1977.

RIBEIRO, Carlos Costa; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murillo Marschner Alves. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, Ed. Unesp, 2015.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

- SAES, Décio. A esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado democrático-burguês In: **Estado e democracia: ensaios teóricos** (2. ed.). Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.
- SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- SINGER, André. Cutucando onças com vara curta: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). **Novos estudos Cebrap**, n. 102, 2015.
- TATAGIBA, Luciana Ferreira. **Dos significados da “ética na política”**: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. Campinas: Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 1998.
- TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chavez. Protestos à direita no Brasil (2007-2015) In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- WEYLAND, Kurt. The rise and fall of President Collor and its impact on Brazilian democracy. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, vol. 35, n. 1, 1993.

#### **Resumo:**

*As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recente*

Este artigo analisa a natureza da luta contra a corrupção nas três crises políticas brasileiras recentes: a crise do governo Collor, a crise do “mensalão” e a crise do governo Dilma. Em termos gerais, a crítica à corrupção sempre se vincula a um posicionamento sobre a política de Estado, podendo assumir o caráter de um estatismo regressivo ou progressista. Nos casos aqui analisados, o discurso contra a corrupção apresentou-se como estatismo progressista apenas na conjuntura do governo Collor. Nas demais, predominou o estatismo regressivo.

Palavras-chave: Corrupção, estatismo, classes sociais.

**Abstract:**

*The struggle against corruption in recent brazilian political crises*

This paper analyzes the nature of the struggle against corruption in three recent Brazilian political crises: the Collor government crisis, the crisis of "mensalão" and the Dilma government crisis. In general, criticism of corruption always assume a position on the state policy, and may take the character of a regressive or progressive statism. In the cases analyzed, the struggle against corruption was presented as progressive statism only in the Collor government context. In the others, the regressive statism predominated.

Keywords: Corruption, estatism, social classes.